

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

DIMENSÕES DO DESEMPREGO E DA POBREZA NO BRASIL

Ricardo Antunes; Marcio Pochmann

Foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, a década da nossa ‘desertificação neoliberal’, quando, com o advento do receituário e da pragmática desenhada pelo Consenso de Washington, desencadeou-se uma onda enorme de desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho.

Houve, também, como conseqüência da reestruturação produtiva e do redesenho da (nova) divisão internacional do trabalho e do capital, um conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, presenciando-se ainda um processo de re-territorialização e mesmo desterritorialização da produção, dentre tantas outras conseqüências (ANTUNES, 2002, 2006).

Essa realidade, caracterizada por significativo processo de reestruturação produtiva do capital, fez que a configuração recente do nosso capitalismo fosse bastante alterada, de modo que ainda não temos um formato conclusivo do que vem se passando, comportando tanto elementos de ‘continuidade’ como de ‘descontinuidade’ em relação ao seu passado recente.

Vamos indicar, então, alguns traços particulares e singulares do capitalismo recente no Brasil, para apresentar, em seguida, alguns os elementos analíticos que auxiliam na compreensão do comprometimento da nossa formação social, geradora de níveis intensos de desemprego e precarização, com suas conseqüências mais visíveis, dadas pelo enorme contingente vivenciando condições de pobreza e mesmo miserabilidade, em contraste com a brutal concentração de renda presente no Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro vivenciou ao longo do século XX um verdadeiro processo de ‘acumulação industrial’, especialmente a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. Pôde, então, efetivar seu primeiro salto verdadeiramente industrializante, uma vez que as formas anteriores de indústria eram prisioneiras de um processo de acumulação que se realizava dentro dos marcos da agro-exportação do café, ao qual a indústria tinha o papel de apêndice.

De corte fortemente estatal e de feição nacionalista, a industrialização brasileira finalmente deslanchou a partir de 1930 e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, quando o padrão de acumulação

industrial pôde dar seu *segundo salto*. O *terceiro salto* foi experimentado a partir do Golpe de 1964, quando se acelerou fortemente a industrialização e a internacionalização do Brasil.

O país estruturava-se, então, com base em um desenho produtivo 'bifronte': de um lado, voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., visando um mercado interno restrito e seletivo. De outro, prisioneiro que era de uma dependência estrutural ontogenética, o Brasil continuava também a desenvolver sua produção 'voltada para a exportação', tanto de produtos primários como de produtos industrializados.

No que concerne à dinâmica interna do padrão de acumulação industrial, ele se estruturava pela vigência de um processo de 'superexploração da força de trabalho', dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um patamar industrial significativo para um país que, 'apesar de sua inserção subordinada', chegou a alinhar-se, em dado momento, entre as oito grandes potências industriais.

Esse padrão de acumulação, desde os anos 50 e especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), vivenciou amplos movimentos de expansão, com altas taxas de acumulação, dos quais a fase do 'milagre econômico', entre 1968-1973, foi expressão. O país vivia, então, sob o binômio *ditadura e acumulação, arrocho e expansão*.

Foi somente em meados da década de 1980, ao final da ditadura militar, que esse padrão de acumulação, centrado no tripé *setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional*, começou a sofrer as primeiras alterações. Embora, em seus traços 'mais genéricos', muito ainda se mantenha em alguma medida vigente, foi possível presenciar o início das mutações 'organizacionais e tecnológicas' no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país, mesmo que num ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital e seu corolário ideo-político neoliberal.

Se o Brasil ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, já em curso acentuado nos países capitalistas centrais, iniciavam-se os 'primeiros influxos' da nova divisão internacional do trabalho. A nossa 'singularidade' começava a ser afetada pelos emergentes traços 'universais' do sistema global do capital, redesenhando uma 'particularidade' brasileira que pouco a pouco foi se diferenciando da anterior, inicialmente em alguns aspectos e, posteriormente, em muitos de seus traços essenciais.

Foi, então, durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Observou-se a utilização da informatização produtiva; principiaram-se os usos do sistema *just-in-time*; germinava a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica.

Deu-se, também, o início, ainda de modo preliminar, da implantação dos métodos denominados 'participativos', mecanismos que procuram o 'envolvimento' (em verdade adesão e sujeição) dos trabalhadores e das trabalhadoras nos planos das empresas. Estruturava-se, ainda que de modo incipiente, o processo de reengenharia industrial e organizacional, cujos principais determinantes foram decorrência:

- 1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação;
- 2) no âmbito dos capitais e de seus novos mecanismos de concorrência, impunha-se a necessidade das empresas brasileiras prepararem-se para a nova fase, marcada por forte 'competitividade internacional';
- 3) da necessidade de as empresas nacionais responderem ao avanço do 'novo sindicalismo' e das formas de confronto e de rebeldia dos

trabalhadores que procuravam se estruturar mais fortemente nos locais de trabalho, desde as históricas greves do ABC paulista, no pós-78 e também em São Paulo, onde era significativa a experiência de organização de base nas empresas. De modo sintético pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu através de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, dentre os principais elementos.

O fordismo brasileiro começava a se abrir para os primeiros influxos do toyotismo e da acumulação flexível. Durante a segunda metade de década de 1980, com a recuperação parcial da economia brasileira, ampliaram-se as inovações tecnológicas, através da introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico, siderúrgico e bancário, entre tantos outros, configurando um grau relativamente elevado de diferenciação e heterogeneidade tecnológica e produtiva no interior das empresas, heterogeneidade que foi uma marca particular da reestruturação produtiva no Brasil recente.

Foi nos anos 90, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos da 'acumulação flexível' e do 'ideário japonês', com a intensificação da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, além da transferência de plantas e unidades produtivas.

Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pelas transferências de plantas industriais, onde empresas tradicionais, como a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, deslanchavam um movimento de mudanças geográfico-espaciais, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho, além de incentivos fiscais ofertados pelo Estado.

Isso nos permite indicar que, no estágio atual do capitalismo brasileiro, combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescido às mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo “parece ainda presente em vários ramos produtivos e de serviços” (ANTUNES, 2006).

Se é verdade que a baixa remuneração da força de trabalho – que se caracteriza como elemento de atração para o fluxo de capital forâneo produtivo no Brasil – pode se constituir, em alguma medida, como elemento obstaculizador para o avanço tecnológico nestes ramos produtivos, devemos acrescentar, também, que a combinação obtida pela vigência de padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, acrescidos de uma melhor ‘qualificação’ da força de trabalho, oferecem como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo implantado no Brasil, com a ampliação dos níveis de desemprego.

Com o avanço do desemprego aberto, que desde 1998 encontra-se acima de 9% do total da força de trabalho no Brasil, pode-se ter uma dimensão quantitativa do processo de degradação do trabalho na periferia do capitalismo mundial. Mas se tomarmos como referência a situação mais ampla do desemprego estrutural, como uma pressão contínua por demanda de trabalho, a taxa de desemprego chega a alcançar 27% do total da força de trabalho, caso se incorpore não somente o desemprego aberto, mas também os trabalhadores com atividades inferiores a 15 horas semanais e com remuneração abaixo de meio salário mínimo mensal e que demandam ocupação.

Ademais, pode-se também considerar a dimensão qualitativa do desemprego, capaz de caracterizar melhor a desvalorização dos trabalhadores sob a globalização neoliberal. Neste caso, constata-se que para o conjunto das famílias de baixa renda, por exemplo, a taxa de desemprego no Brasil subiu de 9,4% para 13,8% entre 1992 e 2002, enquanto para os segmentos com maior

remuneração, o desemprego subiu mais rapidamente, passando de 2,6% para 3,9%. Nesse sentido, o total de desempregados pertencentes às famílias de baixa renda subiu de 2,7 milhões, em 1992, para 4,8 milhões, em 2003, enquanto na classe média alta (que, em geral, apresenta maior escolaridade) o desemprego, que afetava 232 mil pessoas em 1992, abrangeu o contingente de 435 mil, em 2002. Em função disso, a parcela da força de trabalho pertencente às famílias de baixa renda aumentou a sua participação relativa no total dos desempregados. Em 2002, por exemplo, 62% dos desempregados pertenciam justamente às famílias de baixa renda, com o restante dividido entre famílias de classe média (32,4% do total dos desempregados) e de classe média alta (5,6% desse total).

Assim, em um mercado de trabalho que se estreita e tem comportamento pouco dinâmico, os empregos mais nobres foram sendo preservados para os segmentos de mais alta renda, embora em dimensão insuficiente para permitir a contínua mobilidade socioprofissional. O resultado disso tem sido o aprofundamento da crise de reprodução social no interior do mercado de trabalho. De forma emblemática, percebe-se o maior peso dos trabalhadores ativos no interior da pobreza brasileira.

É o que podemos constatar com base na análise da evolução da pobreza no Brasil. Nas duas últimas décadas, nota-se o aparecimento de uma nova forma de reprodução da pobreza, cada vez mais concentrada no segmento da população que se encontra ativa no interior do mercado de trabalho (desempregados e ocupação precária).

No passado, por exemplo, a situação de pobreza estava mais relacionada ao segmento inativo da população (crianças, idosos, doentes e portadores de necessidades especiais, entre outros). Assim, ter acesso à ocupação no mercado de trabalho era condição quase que suficiente para superar o limite da pobreza absoluta.

Com as alterações no comportamento da economia nacional, que passou pela abertura comercial, financeira e produtiva desde 1990, como fruto da adesão passiva e subordinada do Brasil à globalização neoliberal, a pobreza sofreu uma importante inflexão, especialmente à parcela da população inativa. Quando se

toma como referência a situação da pobreza segundo a condição de atividade da população, percebe-se que ela regrediu justamente nos segmentos inativos, com queda de 22,7% para os inativos com mais de 10 anos de idade e de 20,3% para inativos de até 10 anos de idade.

Esses dois segmentos de inativos foram, em especial, beneficiados diretos das inovações de políticas sociais derivadas da Constituição Federal de 1988. Já para o conjunto da população ativa no interior do mercado de trabalho, que depende exclusivamente do trabalho como determinante da situação de vida e renda, o contexto foi outro. Entre 1989 e 2005, o desemprego passou de 1,9 milhão de trabalhadores (3,0% da PEA) para 8,9 milhões (9,3% da PEA), bem como houve piora nas condições e relações de trabalho. Por conta disso, alterou-se a composição da pobreza segundo condição de atividade. No Brasil como um todo, os inativos perderam participação relativa no total da população pobre (de 56,7% para 48%), enquanto os ativos aumentaram significativamente (de 43,3% para 52%), sobretudo entre os desempregados.

Se o critério de análise for o comportamento da pobreza somente entre os ocupados de todo o país, podem ser observadas mudanças interessantes para o mesmo período. Em todas as posições na ocupação, a condição de empregado foi a única que registrou aumento da taxa de pobreza. Entre 1989 e 2005, a taxa de pobreza entre os empregados cresceu 53,9%. Para o mesmo período, a taxa de pobreza entre os empregadores caiu 44,6%, entre os que trabalham 'por conta própria' caiu 26,7% e entre os sem remuneração caiu 20,7%. Não sem motivo, a composição do total de pobres ocupados no Brasil sofreu uma importante alteração entre 1989 e 2005. Somente os ocupados não remunerados aumentaram a sua posição relativa (54,8%), enquanto os empregadores registraram o maior decréscimo na sua participação relativa (22,2%), seguida dos empregados (14,6%) e dos que trabalham por conta própria (3%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio buscou tornar evidente a principal força responsável pelo avanço mais recente da desconstrução do trabalho no mundo capitalista. Apesar de o patrimônio dos trabalhadores ter acumulado ganhos importantes nas chamadas 'três décadas gloriosas' do capitalismo do segundo pós-guerra, verificam-se mais recentemente sinais de regressão no grau de segurança no trabalho.

A globalização neoliberal rompeu com o curso do emprego e da proteção social ampliada instalada em várias nações do mundo. Mesmo na periferia do capitalismo, que jamais registrou um patamar de conquista dos trabalhadores equivalente ao das economias avançadas, houve melhoras importantes em relação ao começo do século XX. Atualmente, contudo, a situação se inverteu, com a piora nas condições e relações de trabalho, inclusive no centro do capitalismo. Na periferia, a destruição dos direitos do trabalho tornou-se uma ação quase que contínua, especialmente nos governos dóceis à globalização neoliberal.

Isso parece ficar muito evidente quando se busca brevemente descrever os principais aspectos relacionados à alteração da pobreza no Brasil. Ao contrário do ciclo de industrialização que era movido por acelerada expansão da produção e, por conseqüência, de emprego e renda domiciliar *per capita*, o atual ciclo econômico nacional asfixia o potencial de crescimento do país. Desde a década de 1990, a queda na proporção de pobres no total da população somente se tornou possível com o avanço do gasto social, estimulado fundamentalmente pela Constituição Federal de 1988. Frente ao desempenho desfavorável do mercado de trabalho, o segmento ativo da população assalariada tornou-se bem mais vulnerável ao rebaixamento das condições de vida e trabalho. Dessa forma, os inativos deixaram de responder pela maior participação no total dos pobres do país; os mais pobres passaram a se concentrar na população ativa, em especial os desempregados e ocupados precariamente no mercado de trabalho. E isso coloca desafios profundos no combate à pobreza e mesmo à miséria neste início do século XXI no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Addio al lavoro? Metamorfosi del mondo de lavoro nell'età della globalizzazione*. Pisa: BFS, 2002.

ANTUNES, R. *Il lavoro in Trappola (La-clase-che-vive-di-lavoro)*. Milano: Jaca Book, 2006.

ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

INTIGNANO, B. *A fábrica de desempregados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

POCHMANN, M. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *Desempregados do Brasil*. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SALM, C. et al. Emprego e desemprego no Brasil. In: *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n.45, 1996.

SINGER, P. *Globalização e desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998.

Artigo recebido em 11.04.2008. Aprovado em 06.05.2008.